

MEMÓRIAS DO BRASIL HOLANDÊS: GUERRAS, INTRIGAS E COTIDIANO LUSO-BRASILEIRO NO SÉCULO XVII NA OBRA DE MANUEL CALADO

Sylvia Brandão Ramalho de Brito

Graduanda em História – UFPB

Prof.^a Dr.^a Regina Célia Gonçalves

Orientadora – PPGH-UFPB

"E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário do historiador, não sendo um historiador afinal mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O Historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio e entende que contar o que se passou é só fantasiar"

Naquela manhã quente, frei Manuel dos Óculos levantou cedo; tinha um encontro com o conde João Maurício de Nassau em seu palácio. A casa do frade português situava-se em uma travessa, próxima ao palácio de Nassau, na cidade de Maurícia. O conde encontrava-se confuso e triste, sentado solitário no seu jardim, lendo e relendo uma carta que trazia em mãos. Quando notou a presença do religioso, o conclamou a passearem a sós. O que sucedeu é que Nassau estava magoado por achar que o governador da Bahia o tinha desprezado. Em uma primeira carta endereçada à Nassau, o governador Antônio Teles da Silva chamara-o por *excelência*; a qual prontamente Nassau respondeu, informando-se antes de um português amigo sobre a melhor forma de tratamento que se deveria usar, a que seria *senhoria*. Na resposta da referida carta, o governador, por sua vez, saúda o conde por *senhoria* “não uma, senão muitas vezes, e me diz que não tenho eu a culpa de algumas coisas, que na minha carta iam, senão o Secretário que a havia escrito, e havia sido o conselheiro”, lamenta Nassau.

O momento tão intimista narrado acima não é fictício, foi retirado da obra *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade na Restauração de Pernambuco*, escrita entre 1645 e 1646 pelo frade português Manuel Calado. É sabido que as crônicas produzidas por conquistadores e colonizadores sobre a América portuguesa constituem-se importantes fontes de estudo para os mais variados campos do conhecimento. *O Valeroso Lucideno* é especialmente valioso para a compreensão do período de dominação holandesa no Nordeste brasileiro e é tido, pelos estudiosos desta

área da História, como um dos livros sagrados do chamado Brasil Holandês. Através desta crônica podemos perceber diversas nuances da complexidade do mundo colonial, refletidas no cotidiano e em seus personagens, que contribuem sobremaneira na compreensão de nossa trajetória e de nossa constituição enquanto povo e nação.

Manuel Calado, português de Vila Viçosa, levava uma vida estável no Brasil. Em Porto Calvo, atual Alagoas, possuía um roçado próprio e era senhor de 25 escravos. O religioso da Ordem de São Paulo que viveu cerca de 30 anos no Brasil “residiu inicialmente na Bahia, em 1624, sendo na ocasião da ocupação holandesa da Cidade do Salvador, preso pelos invasores”. Quando da segunda invasão holandesa, desta vez a Pernambuco, o frade viveu a eclosão do movimento de resistência, organizando, inclusive, um grupo de guerrilheiros para lutar em favor de Portugal.

O propósito da obra é muito claro; serviu, primordialmente à defesa da atuação de João Fernandes Vieira (ao qual Calado ligou-se, especialmente), bem como à obtenção de ajuda material da Coroa aos insurretos de Pernambuco. Mas Calado vai além, retratando, a partir de um olhar vivo e curioso, o cotidiano e as particularidades do Nordeste açucareiro, espalhadas pelas ruas, engenhos, quartéis, escritórios da WIC. Havia na colônia a contínua chegada de novos habitantes e essa constante movimentação era narrada através da multiplicidade de situações que surgem a partir das guerrilhas; da relação intempestiva da corte holandesa com os moradores; da vida reclusa das mulheres portuguesas e luso-brasileiras em contraposição à movimentada rotina das estrangeiras; da intimidade de grandes personagens (inclusive, do conde de Nassau, como já vimos); da convivência de amor e ódio entre judeus, católicos e calvinistas.

Calado consegue traçar uma narrativa fascinante e apresenta flagrantes reveladores da vida dos colonos e sua rotina na cidade, nas missas dominicais, nos engenhos, nos salões de festas e, obviamente, nas guerras. Através do *Lucideno*, conhecemos as permanentes intrigas entre os empregados da WIC e da pequena burguesia bajuladora que rodeava Nassau, Manuel Calado aí incluído. O livro não deve, portanto, ser apreciado como uma história das lutas contra os holandeses, mas como uma crônica, um gênero literário com forma e conteúdo comprometidos com aspectos do cotidiano, diferente dos estudos históricos, que têm uma estrutura metodológica diferenciada e compromissos diferentes. Contudo, não há barreira intransponível entre literatura e história. Os avanços recentes da historiografia apontam para uma proximidade

entre ambas, e a literatura pode conceder grandes contribuições para a história, assim como vice-versa.

A importância de *O Valeroso Lucideno*, que já fora citada por Robert Southey e por Capistrano de Abreu, é também ressaltada por José Honório de Rodrigues:

Escrita em plena luta, é uma das mais simples e humanas histórias dos seiscentos, saborosa pela vivência, pela simpatia e antipatia com que tratou episódios e pessoas (...) a ingenuidade e a simplicidade com que Calado escreveu, no meio do vozerio, das trombetas, dos assobios de balas, dão ao seu livro um alto índice de autenticidade. É certo que foi parcial, mas nem de outro modo poderia proceder quem por tantas vezes declarou, no correr de suas páginas vivas e coloridas, tomar partido pelos da facção da liberdade católica e lusitana [tais desejos] conduziram-no muita vez ao erro, à parcialidade, à falsidade. Muitas vezes estava escrevendo a sua obra quando chegavam à sua casa feridos de guerra que lhe pediam agasalho e absolvição. É evidente que não podia ser imparcial, pois se engajara na guerra, uma espécie de guerra santa, contra os hereges holandeses. Muitas vezes torce a verdade, outras vezes é anti-semita. Ele escreveu não só com o coração quente, mas também com a cabeça inflamada. (Rodrigues, 1949: 21)

Havia àquela altura, no Brasil, uma sociedade colonial de origem lusitana. Os homens que aqui escrevem durante o período colonial são, portanto, formados em Portugal ou formados à portuguesa. Como explica Antonio Cândido: a sua atividade intelectual, ou se destina a um público português ou é ditada por necessidades práticas (administrativas, religiosas). Como diz Calado, o livro foi escrito entre o estrondo das armas, com uma finalidade: tratar da restauração de Pernambuco. Pretendia apresentar ao rei de Portugal a abertura pela qual passavam os pernambucanos. Aliado a isso, havia o efeito moral que ele pretendia causar sobre os restauradores. Diz Calado:

Obrigado do amor da Pátria e levado do primor e timbre do nome português; e, sobretudo por acudir por a honra e infalível palavra e nome de Sua Magestade, a dar alento aos moradores de Pernambuco para levarem com suavidade a carga de trabalhos e o peso da guerra, na qual andam em roda-viva de dia e de noite, por libertarem a terra das mãos dos holandeses. (Calado, 1945: Prólogo ao Leitor)

O livro de Calado sofreu censura eclesiástica – tendo incorrido na pena de inclusão no Index Librorum Prohibitorum– e reapareceu, em 1668, sofrendo fortes ataques de estudiosos brasileiros e estrangeiros. *O Valeroso Lucideno* foi um livro julgado tanto do ponto de vista histórico, quanto do literário. As críticas aludiam à falta de método

historiográfico e a uma narração desordenada, confusa e com muitas digressões. A redenção viria no século XIX quando o *Lucideno* passaria a gozar de aceitação. Para Cabral de Mello, ao leitor do século XVII, não eram nada agradáveis a feição memorialística de transcrição de uma experiência pessoal e insubstituível, a descrição gráfica dos episódios, o ar de reportagem ou de ‘história imediata’, uma linguagem espontânea e até coloquial, a intimidade que nos desvenda de alguns dos grandes personagens.

Críticos também atentaram para o fato de Calado ser contemporâneo à história que pretendia narrar, e que, por isso, não seria fonte confiável já que não haveria imparcialidade em seus escritos. Contudo, diversos documentos (inclusive holandeses) comprovam a fidedignidade do *Lucideno*. Por ter sido escrito por um participante dos acontecimentos, o livro deve ser considerado como fonte histórica imprescindível para compreensão do Brasil Holandês. Não se deve esperar de Calado, isenção, imparcialidade ou depuração dos fatos. O livro não é obra de um historiador, deve, pois, ser considerado como um testemunho para a história.

A percepção barroca de Calado traduziu os desígnios da colônia para a Europa. Os ajustes entre a tradição europeia e os estímulos locais atuaram como ingredientes decisivos em sua obra. Seu discurso literário carrega diversos significados. O *Valeroso Lucideno* faz uma análise personalista relativa ao período holandês ao mesmo tempo em que aponta para particularidades da sociedade colonial.

Refletindo sobre a noção de barroco inserida como contexto histórico no modo proposto por Kalina Silva, o entendemos:

(...) como uma ferramenta para melhor definição dos temas estudados pelo historiador. É um artifício, uma construção didática que nos possibilita recortar o espaço/tempo para melhor observar determinados elementos de uma realidade múltipla. (...) Um conceito não tem a pretensão de reproduzir a realidade, mas propõe simplificar um conjunto tão repleto de diversidade que de outra forma não poderia ser abrangido em sua totalidade. O conceito, assim, é uma forma de representação do real (2005, p.1)

A grande diretriz ideológica dessa cultura intelectual na colônia foi a matriz religiosa. Este era um princípio estético, filosófico, administrativo e político. Até mesmo em autores mais “políticos”, como o português Brito Freyre, essa vertente surge pintada na versão do guerreiro católico *versus* o inimigo protestante. Portanto, as manifestações

literárias se realizaram no Brasil colonial especificamente sob o signo da religião e da transfiguração. O nativismo elaborado da segunda metade do século XVII até fins do século XIX representou uma nova história diferenciada da ocupação holandesa, tanto no que diz respeito à história, quanto à memória coletiva. A respeito dessa visão nativista sobre o tempo dos holandeses, Cabral de Mello (1986, p.242) constrói duas leituras: a providencialista e a político-militar. A primeira reporta-se à explicação da invasão holandesa como castigo divino pelos pecados dos moradores de Pernambuco. A visão providencialista subordinava tudo, inclusive os feitos bélicos, a um plano divino. Havia enraizado um sentimento de culpa (dos pecados e vícios dos moradores) que foi responsável pela queda de Olinda – e para Calado essa queda tinha um escopo mais amplo, não era apenas de Olinda, mas de todo o Nordeste e de toda população colonial. Essa leitura foi elaborada com base nos relatos de memorialistas luso-brasileiros; se encontra na crônica de Calado, com matizes nas obras de Diogo Lopes e do Frei Rafael de Jesus.

A segunda leitura é a político-militar, que se encontra nos livros de Duarte de Albuquerque Coelho e de Brito Freyre. Tais crônicas referem-se às injunções políticas entre o poder de mando e de unificação da coroa e às rivalidades locais dos proprietários de terras com os comerciantes. Essa leitura invocava os desígnios de Deus, mas o próprio não interferia no conflito em si.

A noção de castigo divino aparece no *Lucideno*, onde a população é punida por Deus pelos seus vícios. Cada pecado da população correspondia a uma punição divina. Calado faz uma comparação entre o pecado e as desgraças acometidas aos delinquentes ou pecadores, enfatizando ser o pecado a causa e o efeito da perversão e destruição das coisas. Essa comparação é feita para explicar a invasão dos holandeses à capitania de Pernambuco como castigo divino decorrente dos desmandos aí então presentes:

Quem se houvesse achado na vila de Olinda (...) antes que os holandeses a ocupassem, e a tornasse a ver depois que nela entraram os holandeses, e a renderam, sem muito parafusar, em breve alcançaria, que havia sobre ela caído a vara da divina justiça; a instância dos pecados em que estava enlodada. O ouro, e a prata era sem número, e quase não se estimava; o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar (...) As delícias de mantimentos e licores, eram todos os que se produziam assim no reino, como nas ilhas. O fausto, e aparato das casas era excessivo, porque por mui pobre, e miserável se tinha o que não tinha seu serviço de prata (...) As mulheres andavam tão loucãs, e

tão custosas, que não se contentavam com os tafetás, chamalotes, veludos (...) e eram tantas as jóias com que se adornavam (...) Os homens não haviam adereços custosos de espadas, e adagas, nem vestidos de novas invenções, com que não se não ornassem os banquetes quotidianos (...) Entrou nela o pecado, foram-se os moradores dela, entre a muita abundância, esquecendo-se de Deus; e deram entrada aos vícios, e sucedeu-lhes (...) e às mais cidades circunvizinhas, que foram abrasadas com fogo do céu." (Calado, 1945: p.38-9.)

Na organização do *Lucideno*, a história da guerra pernambucana tem como prólogo lógico e cronológico a restauração portuguesa. A salvação do Reino das mãos dos castelhanos serviria como precedente para a vitória contra os holandeses. Esta narração é precedida pelo livro II, capítulo I, que proporciona a leitura providencialista da aclamação de D. João IV. Para Calado, seriam os pernambucanos filhos de Marte e, por isso, gerados para a guerra e destinados a viver sob o calor dos combates. O *Lucideno* também exalta a nação portuguesa como privilegiada por Deus para dominar outros povos e as riquezas minerais como gratificação pelo "bem" que praticavam. Segundo o frade português, a proteção divina, tendo já suficientemente castigado os moradores da capitania, operava agora em prol da restauração pernambucana, voltando-se contra os holandeses.

Os holandeses tinham grande respeito por Calado. O frade havia confessado judeus, convertendo-os à religião católica, e batizado várias crianças, filhos de pais calvinistas. Visto com simpatia pelos portugueses e holandeses, a posição ambígua, de certa maneira, do frade português merece um olhar mais aprofundado. Ele, por ter consciência disto, tenta a todo o momento em seu livro, mostrar que a proximidade com os "hereges" se devera às circunstâncias. Para provar a sua integridade, ele desabonava a de um conterrâneo ou algo do tipo.

São alvos da mira de Calado, Gaspar Dias Ferreira e o vigário geral Gaspar Ferreira, que apesar de homônimos, não tinham parentesco algum. O primeiro, servia de intermediário entre a comunidade luso-brasileira e Nassau, e é pintado por Calado como sendo um português esperto e mau caráter, que arrumava as mais variadas maneiras de enriquecer se apoderando das fazendas dos moradores da Capitania, persuadindo ainda os senhores de engenho e os lavradores de cana a darem de presente à Nassau caixas de açúcar, ficando Gaspar com a maior parte delas. Assim fala Calado, em tom de chacota:

Se veio este homem a fazer tão rico, que nenhum lhe chegava em Pernambuco, e tão soberbo que desprezava aos homens nobres, e os fazia estar esperando à sua porta, e mais trabalho custava a haver de falar com ele, do que com o mesmo Príncipe (CALADO, 1945: p.128)

Outra tramóia do português era congraçar-se com os secretários de Nassau, como mostra o trecho a seguir:

Vendo as petições que os portugueses faziam ao Príncipe todas mandava que as entregassem ao seu secretário para que lhas apresentasse ao tempo de despachar (...) lhes disse que ele os faria ricos em breves dias se quisessem tomar seu conselho, e este foi que não despachassem petição nem coisa alguma sem primeiro falarem com ele, que como conhecia toda a gente da terra, ele lhes diria o que cada um lhes poderia dar por o bom despacho, e que nos casos mais graves mandassem os requerentes a falar com ele, que ele lhes dificultaria os negócios. (CALADO, 1845: p.125-6)

Vale dizer que em uma coisa se pareciam o herói e o vilão do livro de Calado. Tanto João Fernandes Vieira, quanto Gaspar Dias Ferreira, se fizeram aproveitar do concorrido posto de “amigo de Nassau” e enriqueceram rapidamente durante o domínio batavo.

Outro personagem depreciado no livro de Calado foi a senhora Ana Pais, que, vendo-se viúva do português Pedro Correia da Silva, casou-se com um capitão da guarda de Nassau. Foi a “mais desenvolta mulher de quantas houve no tempo deste cativo, na capitania de Pernambuco”, assim diz o frade. Afora o caso de Ana Pais, percebemos no *Lucideno* a ausência quase completa das mulheres portuguesas e luso-brasileiras. Do contrário, havia mulheres holandesas, francesas e inglesas em Pernambuco sempre presentes nos banquetes nassovianos. Essas, segundo Calado, bebiam mais e melhor que os homens, reforçando o bordão de que aquele era o costume de suas terras. Calado alfineta ainda que, apesar da beleza das damas estrangeiras do Norte, português nenhum de Pernambuco se afeiçoara a elas, diferente do que fizeram quase vinte mulheres portuguesas que se casaram com calvinistas.

A respeito do padre Gaspar Ferreira, os moradores da Paraíba se queixavam com Nassau que nenhum homem casado dava-se por seguro com ele a solta. Calado também detalha o modo “polido” e “loução” que se vestia o religioso: sapatos brancos, meias encarnadas, calções de veludo de cor, jubão de tela e capa de seda. O vigário geral, oponente de Calado, é apontado pelo frade como sendo:

Um clérigo idiota, o qual não sabia rezar por seu breviário nem dizer missa, e tão desaforado em vida e costumes que não me atrevo a escrevê-lo, por não desdourar o crédito e respeito que se deve à ordem sacerdotal (...) quando nenhum homem casado da Paraíba se dava por seguro com suas mulheres e filhas, com tal padre na terra. (CALADO, 1945: p. 275-6)

Como já mencionamos, a figura de Nassau adquire contornos bem simpáticos no *Lucideno*. A benevolência de Nassau, segundo Calado, era demonstrada através do interesse e da proteção que ele tinha para com os luso-brasileiros. Havia também respeito e tolerância por parte do Conde com a religião dos conquistados. Nassau, diferente de outros flamengos, permitiu que sacerdotes praticassem seu ofício. O próprio Calado teve o direito de celebrar missas em casa, autorizado expressamente por Nassau.

Para Calado, o conde era benigno e compunha as causas do melhor modo que podia. Menciona, para tanto, o caso da condenação à morte de Dona Jerônima de Almeida “dita matrona, mãe de nove filhas (...) e três filhos”, acusada de agasalhar campanhistas da Bahia. As mulheres dos nobres da cidade foram juntas procurar Nassau para que ele intercedesse por Dona Jerônima.

O Príncipe João Maurício Conde de Nassau recebeu a estas mulheres com alegre semblante (que o tinha ele para todos) (...) e lhes disse que se soubera que havia de ter tão honradas hóspedes, que estivera preparado com um banquete (...) e lhe responderam que o banquete que elas vinham buscar a sua casa era, que achando graça em seus olhos, fosse servido S. Excelência de acudir a tão grande crueldade, e perdoar a Dona Jerônima; e que o jantar à sua mesa haviam por recebida a mercê, porém que não era uso, nem costume entre os Portugueses comerem as mulheres, senão com seus maridos, e ainda com estes era quando não havia hóspedes em casa porque nestes casos não se vinham assentar à mesa (...) o Príncipe ficou satisfeito com a cortês e honrada resposta, e as despediu dizendo, que no despacho de sua petição faria tudo que pudesse, e com isto as despediu (...) e logo passou o decreto, em que como ele perdoava a morte a Dona Jerônima de Almeida, por autoridade, e poder que tinha de Governador. (CALADO, 1945: p. 138-9)

Calado ainda aponta para uma situação de conflito latente sob a dominação neerlandesa. A todo negro cativo que denunciasse que o seu dono possuía alguma arma escondida, os holandeses dariam a ele a liberdade. Com isso, “andavam os negros cativos tão desaforados e soberbos, que se seus senhores os ameaçavam com castigo (...) logo ameaçavam aos senhores com os holandeses”.

Outro aspecto interessante apontado por Calado era a diferença que havia no modo de enterrar os mortos dos portugueses e dos holandeses. Os portugueses o faziam de forma solene, com cânticos e preces, enquanto os holandeses comiam e bebiam antes e depois de enterrar o morto. E o faziam sem lágrimas e com muitos brindes.

Entendemos o *Valeroso Lucideno* como um livro épico, um compêndio indispensável para a compreensão do estudo da história do Brasil Holandês. O livro não contém verdades absolutas, mas dá margem para novas leituras e resignificações. A obra oscila entre as duas formas de conhecimento, não integralmente historiográfico, contudo não completamente literário. Do ponto de vista literário, o livro é ancorado no substrato doutrinal barroco e religioso. Do ponto de vista historiográfico, o valor é incomensurável. Calado foi espectador e contemporâneo dos acontecimentos. Seu livro deve ser considerado um testemunho para a história, sobre a qual o autor tomou partidos e referiu-lhe episódios.

Acreditamos que com este trabalho, se pode perceber a valiosa contribuição da obra *O Valeroso Lucideno* para a historiografia brasileira, especialmente a que trata do período holandês no nordeste. O nativismo providencialista de Calado constitui-se como uma importante fonte histórica de representação do ambiente colonial do século XVII.

Deve-se finalmente apontar que o presente artigo faz parte de um universo maior, decorrente das atividades desenvolvidas no Grupo de Estudos “A Conquista do Rio Ruim: A Presença da Companhia das Índias Ocidentais na Capitania da Paraíba (1634-1654)” sob orientação da Prof^a. Dra. Regina Célia Gonçalves. A atividade de pesquisa consiste em compreender a história da Paraíba tendo como foco as relações entre portugueses, luso-brasileiros e holandeses (e, para tanto, frei Manuel Calado é uma fonte inesgotável).